

Semanário 27-01-2006	Periodicidade:	Semanal	Temática:	Política
	Classe:	Informação Geral	Dimensão:	211 cm²
	Âmbito:	Nacional	Imagem:	N/PB
	Tiragem:	60000	Página (s):	3

COMISSÃO COM MANDATO DE UM ANO

Carlos Coelho preside a comissão para investigar alegados voos da CIA

O EURODEPUTADO

PORTUGUÊS FOI

ELEITO POR

UNANIMIDADE

O EURODEPUTADO SOCIAL-DEMOCRATA português Carlos Coelho foi ontem eleito em Bruxelas para presidir a comissão temporária do Parlamento Europeu sobre os alegados voos e prisões secretas da CIA (serviços secretos norte-americanos) na Europa. Carlos Coelho, que era apontado como o favorito ao cargo desde a constituição formal da comissão, durante a sessão plenária do Parlamento Europeu (PE) na semana passada, em Estrasburgo, foi eleito por unanimidade pelos restantes membros da comissão temporária.

O eurodeputado do

PSD – que pertence à principal família política do PE, o Partido Popular Europeu – já presidiu, no anterior mandato, à comissão “Echelon”, que investigou o sistema internacional de escutas com o mesmo nome. A comissão temporária do Parlamento Europeu sobre os alegados voos e prisões secretas da CIA, composto por 46 eurodeputados das várias famílias políticas da assembleia e com um mandato de um ano, tem por missão analisar as informações sobre a presumível utilização do espaço europeu, pelos serviços secretos nor-

te-americanos, para o transporte e detenção ilegal de prisioneiros, bem como a eventual “cumplicidade” dos governos europeus.

Uma comissão temporária tem menos poderes, no domínio do acesso a documentos confidenciais e a audições, do que uma comissão de investigação, cuja criação era defendida por alguns grupos políticos, mas inviabilizada pelos principais. A investigação mais importante está a ser levada a cabo pelo Conselho da Europa e um relatório divulgado terça-feira pelo chefe da comissão de inquérito, Dick Marty, apon-

ta para indícios da existência de um sistema de “deslocalização” de tortura pelos Estados Unidos, “muito provavelmente” conhecido pelos governos europeus. O documento indica que “há muitos indícios coerentes e convergentes que apontam para a existência de um sistema de deslocalização ou subcontratação da tortura”, mas afirma não haver provas formais da existência de centros de detenção clandestinos na Roménia ou na Polónia, como sustentou a organização Human Rights Watch. |

